

Domingo, 15 de julho de 1990

Dívida: Plano facilita renegociação

NELSON TORREÃO e SILVIA FARIA

BRASÍLIA — O Governo inicia nesta semana a negociação formal da dívida externa, com a viagem do Secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, na quinta-feira, a Washington, para estabelecer contatos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ainda que as perspectivas de negociação sejam duras, pela primeira vez o Governo discute um acordo respaldado por um audacioso ajuste econômico interno, que lhe confere vantagem sobre todas as demais tentativas de solução do problema da dívida, na opinião de economistas de dentro e de fora do Governo.

— O mundo mudou e o Brasil mudou — resume o Embaixador extraordinário para a dívida externa, Jório Dauster.

Ele considera encerrada a fase da negociação clássica, como a última desenvolvida entre o Brasil e os bancos credores, em 1988, que apenas reestruturava o pagamento da dívida. O fim desse ciclo foi determinado pelo discurso do Secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, em março de 1989, admitindo formalmente que a dívida externa é "impagável" na sua totalidade. O objetivo da negociação que agora se inicia é, segundo Dauster, não o de reestruturar, mas o de reduzir a dívida e o seu serviço — os juros.

Para o professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, Paulo Nogueira Batista Júnior, que assessorou o ex-Ministro João Sayad na área externa, as condições internas, proporcionadas pela legitimidade do atual Governo, aliadas ao ousado plano econômico, e a receptividade internacional a soluções definitivas para o problema do endividamento, dão à atual negociação grandes chances de êxito.

O Secretário-Executivo do Ministério da Economia, Eduardo Teixeira, que foi da equipe do ex-Ministro Dilson Funaro na época da moratória, diz que o atual Governo tem autoridade moral, conferida pela eleição direta e pelo ajuste econômico, para negociar um acordo que resulte na redução do estoque da dívida externa e dos encargos decorrentes, dentro dos limites adequados à realidade econômica brasileira.

Um ex-Ministro de Estado analisa o contexto sob o aspecto político externo e identifica como a grande vantagem do Governo o acordo silencioso entre os liberais. No caso, os liberais são o Presidente Fernando Collor e Presidente americano, George Bush. Ele justifica sua avaliação com base nos aplausos de

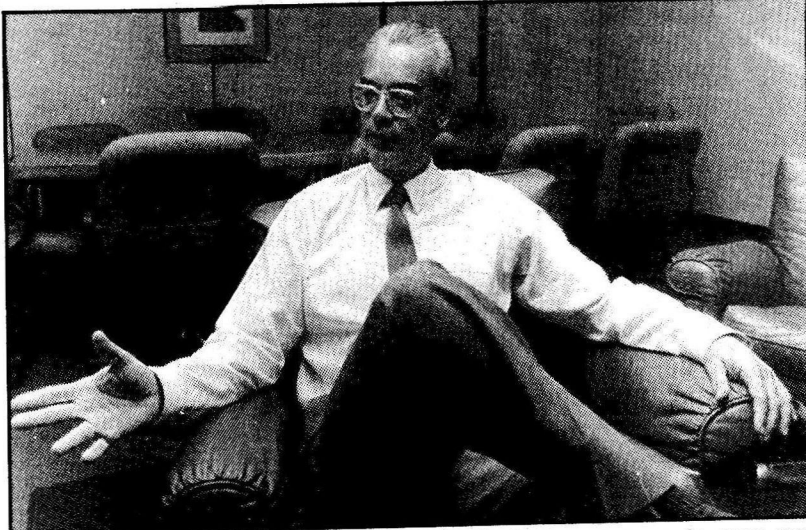


Foto de Aldori Silva

Dauster acha que dificilmente o Brasil fará alguma pagamento esse ano

Bush ao plano econômico brasileiro, que faz dolorosas intervenções na economia interna e abre as fronteiras para o mercado internacional.

— Há uma aparente confiança política resultante da identificação da direita e dos Estados Unidos com o Governo Collor, que favorece enormemente a posição brasileira na mesa de negociação — diz o ex-Ministro. Ele observa também que a posição do Presidente do Citicorp, John Reed, maior credor do Brasil, é desconfortável. Tanto que Reed veio ao Brasil, fez elogios inusitados ao plano econômico, provocando surpresa na comunidade financeira internacional, e pediu para agilizar a negociação da dívida privada.

Essa antecipação, porém, não faz parte do roteiro estabelecido pelas autoridades brasileiras. Segundo Dauster a negociação se dará em quatro passos: 1) o acordo com o FMI; 2) consultas aos banqueiros privados sobre o "formato" da negociação. E nesse ponto há duas mudanças importantes: os representantes dos bancos serão convidados a vir a Brasília e o papel do Comitê Assessor dos Bancos será revisto; 3) negociação com o Clube de Paris (que reúne os credores oficiais); 4) negociação com os credores privados. Dauster não esconde que dificilmente será feito qualquer pagamento aos credores privados este ano.

A equipe econômica do Governo avalia que os banqueiros estão inquietos diante da perspectiva de que as negociações se arrastem indefinidamente. Há grande preocupação da parte dos credores, segundo avaliam os assessores econômicos, em relação ao apoio que o Governo americano, através das entidades multilaterais, vem manifestando à causa brasileira. Os maiores credores têm

uma outra preocupação adicional: a possibilidade cada vez mais próxima, de o Brasil partir para a descentralização no processo de negociação, até então concentrado no Comitê Assessor dos Bancos.

Nogueira Batista acha que os negociadores brasileiros devem negociar em separado e desmontar o esquema Comitê, que considera um "cartel dos credores". A descentralização ainda não está decidida, segundo Jório Dauster, mas pode-se chegar a essa conclusão.

A negociação, no entanto, está longe de ser fácil e a equipe econômica não tem uma proposta clara sobre o que negociar com os credores. A estratégia montada é ouvir propostas através de conversas informais, que serão conduzidas pelo Embaixador Dauster.

A Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, também não firmou posição em relação ao pagamento total ou parcial dos US\$ 5,3 bilhões de juros atrasados desde a suspensão dos pagamentos, em julho de 1989. Ela admite negociar. Nogueira Batista considera que o Governo tem obrigação moral e política de jogar duro com os credores e não fazer pagamentos de forma prematura. Ele acha de importância estratégica para o sucesso da negociação com os bancos que os negociadores brasileiros não aceitem qualquer condição imposta pelo FMI, em relação ao pagamento dos atrasados, nem mesmo simbólica, como foi exigido da Argentina.

— O Governo não pode ser condescendente com os credores externos, porque não o foi com os credores internos — disse o professor da FGV, lembrando o bloqueio das aplicações financeiras promovido pelo Plano Collor.